

Conselho Estadual de Saúde – CES/ES
ATA – 153ª Reunião Ordinária – Ano 2014
20 de novembro de 2014

001 Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, às
002 oito horas e trinta minutos, no auditório da Secretaria Estadual de
003 Saúde, localizado na Rua Maria Judith Tovar Varejão, 225 – Enseada do
004 Suá – Vitória/ES, reuniram-se os conselheiros do Conselho Estadual de
005 Saúde – CES/ES para deliberar sobre a pauta da 153ª Reunião Ordinária
006 do Conselho Estadual de Saúde. O Secretário Executivo, Sr. Milton César
007 Valente da Costa, deu abertura à reunião cumprimentando todos os
008 presentes e solicitou ao Conselheiro e Presidente Interino que fizesse a
009 abertura da reunião. O conselheiro e Presidente Interino, Anselmo
010 Dantas, cumprimentou a todos os presentes e justificou a ausência do
011 Presidente do CES/ES e Secretário de Estado da Saúde, Dr. José Tadeu
012 Marino, que estava naquele momento como ordenador de uma entrega
013 de vagas no SAMU na Região Centro Serrana do Estado. Informou
014 também que dependendo das condições de trânsito é possível que
015 chegue antes do término da reunião. Lembrou a todos que hoje é o Dia
016 Nacional da Consciência Negra e solicitou aos Conselheiros do CES/ES
017 que dedicassem esta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde
018 como homenagem aos nossos irmãos Afrodescendentes, que ainda
019 sofrem com o preconceito e o racismo devido a muita violência que
020 persiste em ocorrer em pleno século vinte e um, em pleno ano de dois
021 mil e quatorze. Nosso Estado tem o maior índice de violência contra as
022 mulheres e as que mais morrem são as de origem negra, os nossos
023 jovens que se encontra nos presídios, a maioria são afrodescendentes.
024 Destacou que isso é uma desigualdade, uma banalização da injustiça em
025 nosso país. Em seguida o Secretário Executivo César Valente, passou a
026 anunciar a presença dos conselheiros e conselheiras do CES/ES.
027 Informou primeiramente a presença do Presidente Dr. José Tadeu Marino
028 que acabara de adentrar no local da reunião. Anunciou a presença dos
029 demais conselheiros e conselheiras do CES/ES. Presença da conselheira
030 Débora Aparecida Marques de Oliveira, presença da conselheira Giana de
031 Caio Silva Carvalho, presença da conselheira Carmem Lúcia Mariano da
032 Silva, ausência justificada da conselheira Janildes Inácio dos santos,
033 presença da Gediane Laurett Neves Rangel, presença do conselheiro
034 Gedayas Medeiros Pedro, presença do conselheiro Marcos Rogério
035 Fonseca Pedro, presença da conselheira Ana Maria Rodrigues Rosa,
036 presença conselheira Lúcia Helena Reis Costa, ausência justificada da
037 conselheira Andressa Barcellos Oliveira, ausência justificada da
038 conselheira Maria Angélica Callegário Vieira, presença conselheira
039 Rossana Bezerra de Rezende, presença da conselheira Rosária Maria de
040 Oliveira Reisen, ausência justificada da conselheira Geisa Pinheiro
041 Quaresma, presença do conselheiro Anderson Pedro Alves, ausência
042 justificada do conselheiro Zaldimar Tadeu da Silva, ausência justificada
043 da conselheira Ranielli Badiani Bianchi, presença do conselheiro Marcos
044 Ivan Cerqueira, presença da conselheira Adriana de Freitas Coelho
045 Carvalho, presença do conselheiro João Carlos dos Santos, presença do

046 conselheiro Antônio de Castro Reis, ausência justificada da conselheira
047 Jaqueline Moreira de Araújo, presença da conselheira Neuza da Penha de
048 Souza Capanin, ausência justificada do conselheiro Aloir Rocha loureiro,
049 ausência justificada do conselheiro Antonio Carlos Nogueira do
050 Nascimento, presença da conselheira Maria Lúcia dos Santos Mariano,
051 presença do conselheiro Elio Rodrigues Dias, presença da conselheira
052 Maria da Penha de Oliveira Peres, presença da conselheira Gilsinéia
053 Marins do Nascimento Guedes, presença do conselheiro Iberê Sassi,
054 presença da conselheira Valéria Carrusca Sassi. Em seguida passou a
055 palavra ao Presidente do CES/ES Dr. Tadeu Marino, para a abertura da
056 Reunião Ordinária. O Presidente cumprimentou a todos os presentes e
057 declarou aberta a 153ª Reunião Ordinária no ano de 2014. Retornou a
058 palavra ao Secretário Executivo que fez a apresentação dos convidados.
059 Sra. Cláudia Rosane Peruchi, do NEAP/SESA/ES, Maria Geni Cerutti do
060 MOSAVE, Irina Moriyama do CEREST/SESA/ES, Renan Cadais do
061 CEPCS/ES, Eliane Vasconcelos do CEREST/SESA/ES, Camila Nogueira
062 Felsky do NUEDRH/SESA, Joseni Valim de Araújo do CMS de
063 Cariacica/ES. O conselheiro Anderson Pedro Alves reclamou que esteve
064 numa reunião a convite do CES/ES e lá não recebeu nenhuma declaração
065 de presença e que nem se quer havia uma lista de presença. O secretário
066 Executivo informou que a qualquer momento os conselheiros podem
067 solicitar uma declaração de presença por ter participado de algum evento
068 ligado ao CES/ES, desde que fique comprovado a sua participação. O
069 conselheiro Élio Rodrigues solicitou uma inversão de pauta. Que os
070 informes sejam feitos no início das reuniões. O Secretário Executivo
071 colocou em votação a solicitação do conselheiro. Foi aprovado por
072 unanimidade a leitura dos informes no início da reunião. O primeiro
073 informe foi o telefonema da comunicação da equipe de HIV/AIDS que
074 tiveram problemas em chegar ao local da reunião, estavam atrasados. O
075 segundo informe é sobre a realização da IV Conferência Nacional de
076 Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. A Sra. Eliane Vasconcelos se
077 manifestou e informou que fez parte da Comissão Executiva da IV CNSTT
078 nas etapas regionais e na estadual e que em relação a etapa nacional,
079 está sendo encaminhada a lista dos delegados conforme os
080 encaminhamentos recebidos, existe um questionamento por parte de um
081 conselheiro sobre a legitimidade do encaminhamento de alguns
082 delegados. Disse não caber a comissão não averiguar que apenas
083 receberam e encaminharam, que os delegados foram eleitos em
084 assembleia por unanimidade e a legitimidade dos delegados eleitos cabe
085 ao Conselho Estadual de Saúde averiguar e identifica-los podendo até
086 serem excluídos caso não atendam a legislação pertinente. O conselheiro
087 João Carlos informou que foi constatado que alguns delegados estavam
088 representando o segmento dos usuários, mas se tratavam de
089 profissionais de saúde. Ressaltou que um deles, insistiu com o Secretário
090 Executivo que se inscreveu como usuário orientado pelo CERESTE. O
091 Secretário Executivo esclareceu que o delegado eleito disse ter recebido
092 a informação que poderia representar os usuários pela comissão durante
093 a etapa estadual e informou a ele que a comissão é formada por
094 conselheiros e servidores do CERESTE, poderia ser qualquer pessoa. Só
095 para esclarecimento. O conselheiro João Carlos consultou o Presidente se

096 a viagem estava acertada, qual seria o meio de transporte e se teria
097 diária para alimentação durante a viagem. A Sra. Joseni Valim de Araújo
098 do CMS de Cariacica informa que não pode viajar de ônibus por ter uma
099 deficiência física que a impede de ficar sentada muito tempo. O
100 Presidente do CES/ES Dr. Tadeu Marino explicou que ainda não havia a
101 certeza de qual o meio de transporte seria utilizado. Para a realização da
102 compra das passagens aéreas, deverá ser feito um levantamento do
103 número exato de delegados, pois alguns haviam desistido da viagem.
104 Informou também que caso a Secretaria não tenha disponibilidade
105 financeira para a compra das passagens aéreas, será disponibilizado
106 transporte terrestre. O conselheiro Elio Rodrigues questionou a paridade
107 e das representações dos segmentos dos usuários, o qual possui um
108 número de membros inferior ao número de membros do segmento dos
109 gestores e trabalhadores. Questionou também a legalidade de o
110 Secretário Executivo assinar a Ata das Reuniões juntamente com o
111 Presidente do CES/ES. Ressalta, também, que o Presidente não pode
112 assinar a Ata sozinho. O Secretário Executivo, César Valente, explicou
113 que o Conselho Estadual de Saúde publica um edital de eleições, as
114 entidades interessadas se manifestam e apresentam seus candidatos,
115 mas nem sempre as entidades de todos os segmentos se manifestam e
116 com isso a paridade fica prejudicada. Dando prosseguimento, o
117 Secretário Executivo apresentou o pedido de inclusão de pauta, feito pela
118 CIOF, para que o parecer da Comissão de Orçamento e Finanças seja no
119 início da reunião. Em seguida colocou em votação a provação das atas
120 entregue através do ofício nº 177/2014 aprovação das atas da 149ª,
121 150ª e 151ª Reunião Ordinárias e da 55ª Reunião Extraordinária,
122 realizadas respectivamente em 30/06, 24/07, 21/08 e 09/06 de 2014,
123 para a deliberação. Aprovadas as atas apresentadas. Em seguida foi
124 colocada em votação a inversão de pauta sugerida pela CIOF. Aprovada
125 por unanimidade. O conselheiro Marcos Ivan fez a explanação sobre
126 Aprovação da Prestação de Contas do SAMU referente ao ano de 2012 e
127 a Aprovação da Proposta de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2015 da
128 Secretaria de Estado da Saúde – SESA. Sugeriu aos conselheiros que
129 guardassem bem esse orçamento e que no ano seguinte fazer as
130 comparações de como andou os recursos destinados à saúde e o que foi
131 executado de acordo com o orçamento previsto. O conselheiro Élio
132 questiona a aprovação do repasse de 2013 se não houve a prestação de
133 contas de 2012. O conselheiro Marcos esclarece que o Tribunal de Contas
134 aprovou todas as contas de 2012 e precisava apenas da ratificação do
135 Conselho Estadual de Saúde, pois os conselheiros anteriores se omitiram
136 e o atual plenário não quer repetir esse erro. O Presidente do Conselho,
137 Dr. Tadeu Marino, explica que o SAMU deveria ser tripartite, mas que o
138 Ministério da Saúde não colocou seus 50%, mal dá as ambulâncias e
139 apenas de 25 a 27%, o Estado entra com 75% e os municípios não
140 entram com nada, 0% de participação. Os novos municípios estão
141 entrando com a base, onde ficam as ambulâncias e a casa onde os
142 técnicos ficam alojados. O SAMU existe no estado desde 2005 e a Santa
143 Casa de Misericórdia é a gestora do seu funcionamento. O conselheiro
144 Anderson disse que os antigos conselheiros pediram prorrogação da
145 votação por não terem recebido as devidas explicações e como os atuais

146 conselheiros não estavam na época, que essas planilhas fossem
147 colocadas a disposição de todos, porque votar um assunto de 2012 sem
148 ter um mínimo de acesso é uma grande incoerência. O conselheiro
149 Antônio Castro ressaltou que com toda a sua experiência em
150 contabilidade não teve subsídios suficientes para a aprovação. O
151 conselheiro Marcos finalizou sua fala dizendo que busca a informação de
152 uma forma fidedigna e consciente de que o pleno poderá aprovar, e se
153 sente muito honrado por ter sido eleito pelos companheiros da CIOF para
154 coordenar a comissão e pelos fatos expostos sugere a votação para a
155 aprovação. O Secretário Executivo, César Valente, colocou em votação as
156 duas peças que foram apresentadas, a prestação de contas do SAMU e o
157 orçamento 2015. Foi aprovada a prestação de contas do SAMU de 2012 e
158 aprovada a proposta da Lei Orçamentária do ano de 2015. Passou em
159 seguida para o próximo ponto de pauta, a Aprovação da Proposta do
160 Regimento Interno da Mesa Estadual de Negociação Permanente do SUS
161 (MENPSUS) do Estado do Espírito Santo. A Servidora do Estado, Camila
162 explanou o assunto reiterando a necessidade de se formar o Fórum de
163 Negociação entre a Gestão Estadual do Sus, não só da SESA/ES e os
164 Trabalhadores. A Mesa de Negociação Permanente do Sus, é um Fórum,
165 uma política do Ministério da Saúde, existente desde 2003, é um fórum
166 para negociar relações de trabalho, questões trabalhistas entre a gestão
167 do Sistema Único de Saúde e os trabalhadores. Uma questão colocada
168 pelos usuários, a não participação desses nas negociações, é que o
169 Fórum trata das relações trabalhistas entre os trabalhadores do sistema,
170 representados pelos seus Sindicatos e a Gestão representada pelos seus
171 membros. Ainda não houve nenhuma reunião neste ano e a proposta é
172 que se coloque a Mesa para funcionar. O Secretário Executivo informa
173 que foram enviados os convites aos conselheiros estaduais e os
174 Conselhos Municipais para a participação na próxima reunião dia
175 26/11/2014. Retornando a palavra à Camila, solicita a presença de todos
176 nesse evento, onde estará presente a Secretária Executiva da Mesa
177 Nacional de Negociação, onde estará debatendo sobre a democratização
178 da relação de trabalho. A conselheira Lúcia Helena, indaga se nesse
179 Fórum participa todos os Sindicatos ou somente os que têm
180 trabalhadores na Área da Saúde. Camila esclarece que somente os
181 Sindicatos de Trabalhadores da Área da Saúde, por se tratar de uma
182 Mesa de Negociação dos trabalhadores do SUS. O Presidente do Conselho
183 Estadual de Saúde, Dr. Tadeu Marino, parabenizou a apresentação da
184 servidora Camila, e citou a importância do concurso público, que é um
185 sonho dos servidores públicos em serem concursados, que só tem uma
186 forma de fazer carreira no serviço público, que é através de concurso,
187 que esta é a grande marca deste governo e disse ter a felicidade de ter
188 ocorrido em sua gestão, por ter encontrado novos valores entre os
189 concursados neste último concurso, muitos com cursos de gestão e de
190 especialistas o que agrega valores ao quadro dos servidores estaduais da
191 saúde. Lembrou-se da sua satisfação em ter reativado o Conselho
192 Estadual de Saúde em 2003, na sua curta gestão de oito meses, naquela
193 época, trouxe o Controle Social para dentro da Secretaria de Saúde.
194 Agora em sua saída deixara implantada a Mesa de Negociação do SUS,
195 além de ser o primeiro Secretário na história de ter ido fazer audiência

196 pública na Assembleia Legislativa em 2003, nos poucos oito meses eu
197 ficou na SESA, isso não era comum no Estado. Secretário não ia à
198 Assembleia cumprir a lei federal de prestação de contas. Foi dado um
199 salto nessa questão, fazer o que está na lei, tirar do papel e colocar na
200 prática. Conselheiro Iberê ressaltou a importância da fala do Presidente
201 do CES e Secretário de Saúde, dizendo que se aposentou no serviço
202 público com quarenta anos de serviços prestados, foi concursado, fez a
203 Escola Nacional do Serviço Público, se aposentou como Servidor Público
204 Federal. O que tem de extremamente importante, que está se formando
205 cada vez melhor é a Escola Estadual de Serviço Público (ESESP), tem que
206 ser dado o maior apoio a esta Escola para se formar o espírito de corpo,
207 só assim se conseguirá uma eficiência, principalmente na área da
208 fiscalização, que exige dos gestores que façam a coisa certa. A
209 conselheira Penha Peres informa que não tem nada contra funcionário
210 público, mas esteve ontem no Hospital São Lucas e com tanta gente
211 amontoada no corredor, não teve como adentrar no hospital. Disse que
212 muitas vezes o funcionário se esconde para não atender o paciente.
213 Disse que é interessante ter servidores de carreira, concursados, mas
214 que olhem também pelos pacientes que estão na ponta, muito morrendo
215 dentro dos hospitais e com atendimento precário, precisando as vezes
216 apenas de atenção. O conselheiro Anderson pediu a palavra e respondeu
217 à conselheira Penha Peres, dizendo que esta estava a equivocada, que no
218 Hospital São Lucas os servidores não se escondem não, muitas vezes os
219 servidores estão trabalhando no seu limite. Conselheiro Élio Rodrigues
220 informou que dia 03/12/2014 estará tendo uma apresentação no saguão
221 da nova sede e convida aos usuários a apresentarem formas de como
222 gostariam de ser atendidos. O Secretário Executivo colocou em votação a
223 aprovação do Regimento da Mesa de Negociação Permanente e foi
224 aprovado por unanimidade. Dando prosseguimento o Secretário
225 Executivo fez a leitura do documento encaminhado pelo Ministério
226 Público Federal, Ofício número 5895/2014, que versa sobre assunto da
227 saída da ex-conselheira Luceni Novaes da Coordenação de Plenárias. O
228 conselheiro Élio se manifestou dizendo que esse assunto vem se
229 arrastando desde junho e a ex-conselheira deveria receber por parte
230 deste conselho uma notificação de repúdio por estar avacalhar com esse
231 processo, que datas devem ser respeitadas para que não se perpetue em
232 mandatos ao terminarem seus prazos. O conselheiro Marcos Ivan sugere
233 que se encerre esse assunto que está sendo muito discutido e não se
234 chega a nenhuma conclusão, já está esgotado. O conselheiro Anselmo
235 Dantas explica que quando um conselheiro luta pra se manter
236 eternamente num mandato, tem algo errado, muito errado, o papel do
237 conselheiro de representar as associações, as entidades e a comunidade
238 é pra construir o sistema público de saúde, é para todos. A partir do
239 momento que se paralisa uma plenária por causa de uma conselheira,
240 isso é um mal exemplo, um péssimo exemplo, uma ofensa às pessoas
241 que estão aqui tentando construir um sistema público e se ela teve
242 vacância, a lei é clara, se perdeu o mandato está fora o suplente
243 assume. Sugeriu que depois da análise da correspondência do Ministério
244 Público Federal pela Mesa Diretora e após enviar uma resposta ao
245 Ministério Público Federal, o Conselho deve se manifestar sobre o

246 assunto. A conselheira Penha Peres ressaltou que quando estiveram
247 presentes na reunião de Coordenação de Plenária, os novos conselheiros
248 se sentiram expulsos quando a ex-conselheira Luceni Novaes afirmou
249 que a reunião deles estava sendo invadida pelos novos conselheiros.
250 Disse ter se sentido muito mal ali, que haviam sido votados para estarem
251 ali e, no entanto a presença deles estava incomodando a reunião da
252 Coordenação de Plenárias. Solicitou ao Plenário que tome providências,
253 pois essa situação iguala a todos, que já ouviu falar mal do Conselho
254 Estadual de saúde até no Rio de Janeiro, quando alguém disse que este
255 Conselho não está funcionando, ou seja, um acontecimento negativo
256 envolve todos, até mesmo os que não estão envolvidos diretamente. O
257 Secretário Executivo, César Valente, diz que não haveria motivo desta
258 representação ter sido feita junto ao Ministério Público Federal, porque
259 esse assunto diz respeito ao Conselho Estadual e a representação da
260 Coordenadora ou Coordenador Nacional no Conselho Nacional é feita pelo
261 Conselho Estadual que é quem indica esses representantes e por isso
262 não vê justificativa para ter levado esse assunto ao Ministério Público
263 Federal. Colocou em votação o cumprimento da Resolução 451 pela
264 substituição da Coordenadora pelo primeiro suplente e não havendo
265 primeiro ou segundo suplentes, a vaga fica vazia, não se tem
266 representação nacional. Aprovado com apenas um voto contrário do
267 conselheiro Anderson Pedro Alves. Dando continuidade o Secretário
268 Executivo, César valente, apresentou o próximo item de pauta.
269 Apreciação e aprovação da alteração na Deliberação 003 de 23 de janeiro
270 de 2014, que prevê as diretrizes para a Plenária Estadual do Conselho de
271 Saúde. A relatoria será feita pelo conselheiro de Guarapari Renan Lira
272 Cadais. O conselheiro municipal de Guarapari Renan introduziu sua fala
273 informando que é o representante da Região Metropolitana dentro da
274 Coordenação Estadual de Plenárias do Conselho Estadual de Saúde. A
275 Coordenação achou pertinente alterar essa deliberação por algumas
276 demandas que surgiram, foi formada uma comissão para estudar as leis
277 e as normas da coordenação onde ele também faz parte, juntamente
278 com Joseni Valim e mais dois Coordenadores. O conselheiro Anselmo
279 Dantas ressaltou o excelente trabalho realizado pelo Conselho Estadual
280 organizando como deve ser uma plenária, as questões mais polêmicas e
281 acredita que deverá entrar em vigor imediatamente, até pra valorizar o
282 esforço que este Conselho está fazendo para que continue se andando
283 para frente. Quanto ao fato de quem está entrando ou saindo, no caso
284 de algum conflito quem deverá contornar essa situação será o Conselho
285 também. Entrar em vigor imediatamente é uma oportunidade em dar
286 uma resposta ao tanto que falaram que o Conselho não estava fazendo
287 nada. O Secretário Executivo, César Valente, tomou a palavra e colocou
288 em votação, com a alteração de se apresentar o relatório quadrimestral
289 ao invés de trimestralmente ao Conselho Estadual. Foi aprovado por
290 unanimidade. Passou para o último item de pauta, a criação da Comissão
291 Intersetorial de Saúde da População Negra, Comissão Intersetorial de
292 Alimentação e Nutrição e Comissão Intersetorial de Saúde do Idoso, para
293 deliberação. A criação destas comissões foi sugestão do conselheiro João
294 Carlos dos Santos. O Secretário Executivo, César Valente, colocou em
295 votação a criação das comissões. Aprovado por unanimidade. Às doze

296 horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar é considerada
297 encerrada a reunião e para constar, eu, Milton César Valente da Costa,
298 Secretário Executivo do CES/ES, lavrei a presente ata que assino
299 juntamente com o Presidente. Vitória-ES, 20 de novembro de 2014.

300

301

302

303

304 **Milton César Valente da Costa**

305 Secretário Executivo

306 Conselho Estadual de Saúde – CES/ES

307

308

309

310

311 **José Tadeu Marino**

312 Conselheiro Estadual de Saúde

313 Presidente do Conselho Estadual de Saúde – CES/ES